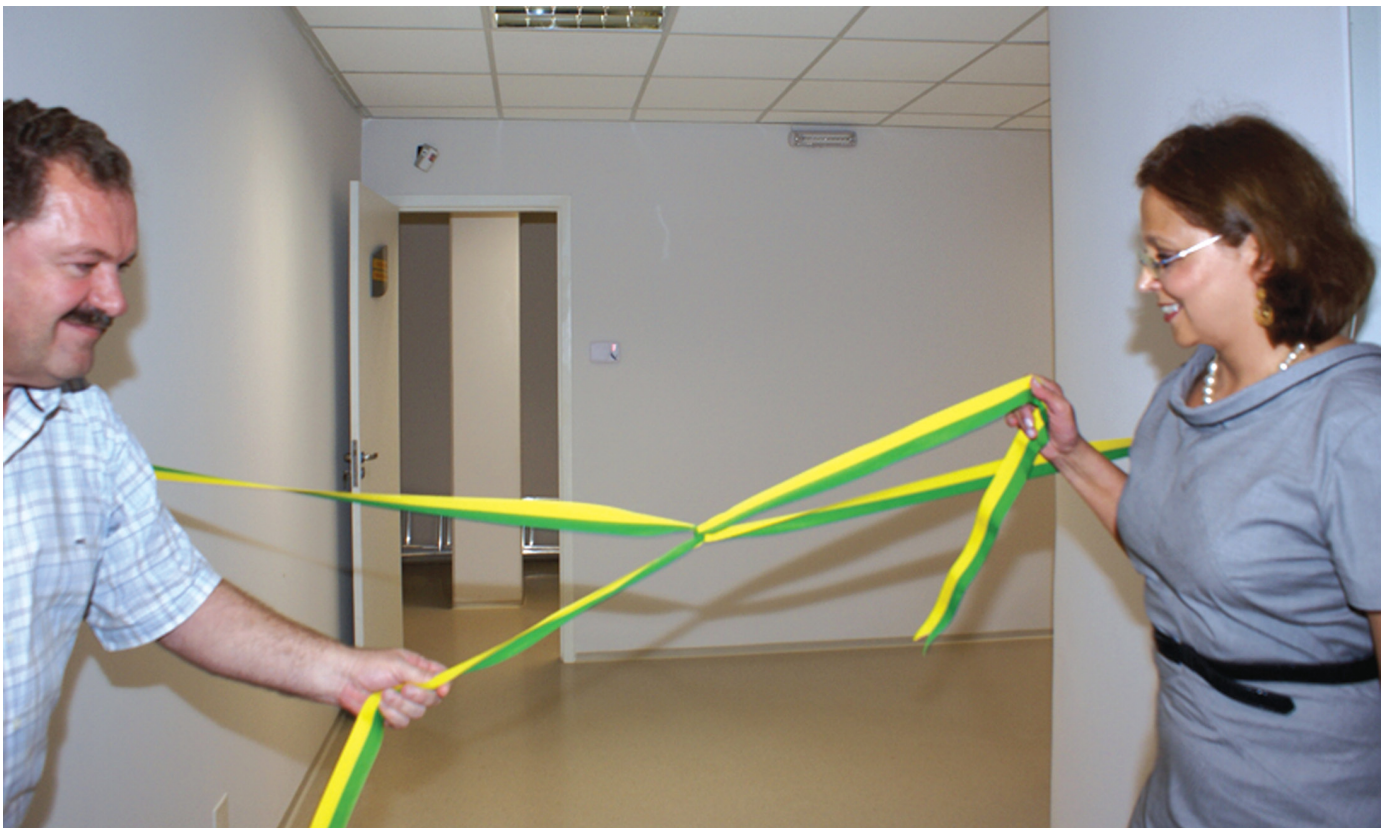


## Instalada a 3ª Vara do Trabalho São José dos Pinhais



A solenidade de instalação da 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais foi realizada em 18 de fevereiro. A presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, e o prefeito de São José dos Pinhais, Ivan Rodrigues procederam ao desenlace da fita inaugural **p. 4 e 5**

### Firmado acordo de cooperação entre o TRT-PR e a Caixa

Foi assinado, em 13 de fevereiro, acordo de cooperação entre o TRT-PR e a Caixa Econômica Federal, que contemplará a concessão de financiamento habitacional e de outros serviços a magistrados e servidores em atividade, aposentados e pensionistas. Pelo acordo, os financiamentos habitacionais serão concedidos por meio da linha de financiamento carta de crédito SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). **p. 2**

### TRT-PR conclui segunda autoavaliação do Gespública

O TRT da 9ª Região alcançou 200 pontos na avaliação do instrumento de 250 pontos do Gespública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. A ferramenta avalia como está a administração da instituição pública e possibilita a formulação de projetos para oportunizar melhorias. O Gespública foi criado com a finalidade de contribuir para a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. **p. 6**

### Nesta Edição

- Plano de Comunicação da Justiça do Trabalho **p. 8**
- Mais acordos na Justiça do Trabalho do Paraná **p. 9**
- Processos julgados e solucionados no Paraná **p. 9**
- Inauguração da nova sede do TRT do Paraná **p. 11**

# Acordo entre o TRT e a Caixa beneficiará magistrados e servidores

Jussara Elisa

**F**oi assinado, em 13 de fevereiro, acordo de cooperação entre o Tribunal do Trabalho do Paraná e a Caixa Econômica Federal, que contemplará a concessão de financiamento habitacional e de outros serviços a magistrados e servidores em atividade, aposentados e pensionistas.

## ■ O ACORDO

Pelo acordo, os financiamentos habitacionais serão concedidos por meio da linha de financiamento carta de crédito SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). O beneficiário poderá comprometer até 25% da renda familiar comprovada. O acordo, que terá vigência de 60 meses contados a partir do dia 13 de fevereiro, tem prazo para implementação de 30 dias, após sua assinatura. ■



A presidente Rosalie Batista (TRT-PR) e o desembargador do TRT-PR Edmilson de Lima (à direita) e os representantes da Caixa Econômica Federal, Jorge Kalache Filho e Antelmo Diniz Coelho, no ato de assinatura do acordo de cooperação entre o Tribunal do Trabalho do Paraná e a Caixa Econômica Federal

# VT de Laranjeiras do Sul divulga o Judiciário

Jussara Elisa

A Vara do Trabalho de Laranjeiras do Sul tem projeto visando ao acesso da sociedade em geral a informações sobre a Justiça do Trabalho. A proposta é fornecer esses dados através da mídia (rádio, televisão, jornais e revistas) e também por meio de palestras em associações e sindicatos, por exemplo.

Segundo o diretor de secretaria daquela Vara, Antônio Marcos Penna Borges, a Vara colocou-se à disposição da Associação Comercial e Industrial de Laranjeiras para realizar encontros. Na oportunidade, seriam apresentadas rotinas

de procedimentos da Vara, visando a aproximar a sociedade da Justiça do Trabalho, bem como apresentar sugestões aos empresários sobre como agir na hipótese de serem acionados judicialmente, com foco na conciliação das partes e suas vantagens frente ao custo de uma ação. "Em tais encontros, poder-se-ia apresentar de modo sintético, porém didático, a estrutura da Justiça do Trabalho, bem como direitos e obrigações trabalhistas básicos", expôs. Como parte da iniciativa, foi divulgada inicialmente, no jornal interno daquela instituição, reportagem sobre a Justiça do Trabalho.

Na sequência, aguarda-se manifestação daquela entidade no sentido de ser realizado encontro com seus filiados. "Esclarece-se que, na hipótese de se realizar algum encontro dessa natureza, o conteúdo a ser repassado fica restrito às informações legais e básicas, sem qualquer vinculação com ideologias partidárias ou políticas, restringindo-as às relações de trabalho e possíveis consequências jurídicas, repassadas de forma perfunctória, deixando-se de lado questões mais profundas e as relativas à exclusiva atividade jurisdicional de competência indelegável dos magistrados", finalizou. ■

# NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michael Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

**Assessora de Comunicação Social e Jornalista Responsável:** Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi, Jussara Elisa, Luiz Munhoz e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Irene Pioker, Jussara Elisa, Rose Montes e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Tiragem:** 700 exemplares. **Impressão:** Gráfica Mult-Graphic.

**Sugestões e opiniões para o NONA:** Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

# Campanhas da AMB têm boa repercussão

Flaviane Galafassi

A realização de campanhas institucionais pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), buscando informar e despertar a sociedade para temas relevantes como cidadania, justiça, eleições e adoção, tem levado ao seu reconhecimento como entidade comprometida com os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito. Esta é a avaliação da juíza titular da 10ª Vara do Trabalho de Curitiba, Patrícia de Matos Lemos, vice-presidente da AMB desde dezembro de 2007.

“Com as campanhas, a AMB vem se tornando uma entidade cada vez mais conhecida e respeitada pela sociedade, pela imprensa e pelos poderes da República. Todos os dias são divulgadas na mídia inúmeras matérias sobre o Poder Judiciário, fazendo expressa referência à AMB. Somente no dia 11/01/2009, das 15 matérias jornalísticas que trataram do Poder Judiciário, 5 mencionaram a Associação”, destaca a juíza.

A campanha da AMB “Eleições Limpas - Pelo Voto Livre e Consciente” objetiva conscientizar a população “da importância de exercer sua cidadania por meio do voto”. A juíza Patrícia Lemos lembra que, no ano passado, foram realizadas cerca de 1.500 audiências públicas pelos juízes eleitorais de todo o país, além da elaboração das cartilhas visando ao esclarecimento de dúvidas dos cidadãos sobre o processo eleito-

ral. Além disso, foi feita pesquisa para identificar o grau de conscientização da população e orientar os trabalhos da campanha, que promoveu, também, um concurso de redações sobre o tema entre estudantes do ensino fundamental. Houve, ainda, a divulgação da lista de candidatos à eleição que respondem a processos na Justiça. “Embora tenha gerado certa polêmica, a entidade fez uma avaliação positiva de seu impacto na mídia. A iniciativa contou com clara aprovação dos mais importantes veículos de comunicação de massa do país, de jornalistas de renome, bem como de vários leitores dos jornais que abordaram o tema. Também inúmeras outras entidades da sociedade civil apoiaram a iniciativa da AMB, como a CNBB e a Conamp. Por certo que a classe política ficou dividida. Em São Paulo, houve manifestações contrárias, de políticos como Paulo Maluf, mas também favoráveis, como de Geraldo Alckmin. A Associação avalia que a iniciativa representou um ganho sensível para sua imagem em segmentos formadores de opinião”, ressalta a juíza.

Está em andamento a campanha “Mude um Destino” (em favor da adoção consciente), iniciada em março de 2007 e dividida em duas etapas. Na primeira, o objetivo foi chamar a atenção da sociedade para as condições de vida das cerca de 80 mil crianças e adolescentes que vivem em abrigos no País. Na atual

fase da campanha, o foco passa a ser a importância de que a adoção seja feita de maneira legal, por intermédio do Poder Judiciário.

Em 2008, a AMB participou da coleta de assinaturas para aprovação da PEC que estabelece penas severas para a exploração de trabalho escravo. “Ações humanitárias e que visem ao aperfeiçoamento da democracia valorizam a magistratura. A entidade é voltada à defesa das garantias e direitos dos magistrados e ao fortalecimento do Poder Judiciário, tendo, dentre seus objetivos e finalidades estatutários, a promoção dos valores do Estado Democrático de Direito, com a preservação dos direitos e garantias individuais e coletivas e o estímulo ao debate e à busca de soluções para as questões sociais e da cidadania. Uma entidade que reúne uma classe também formadora de opinião, como a nossa, não poderia deixar de participar ativamente de questões sociais tão relevantes”, lembra a juíza. De acordo com ela, “debatendo e defendendo os interesses da magistratura nos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, nas várias reuniões com parlamentares e no contato com jornalistas que cobrem os acontecimentos naquela Casa, são notórios o reconhecimento e a força conquistados pela AMB nesses segmentos, com as campanhas que patrocina”. ■

## Presidente do CSJT, Rider de Brito, é homenageado em reunião do Conselho

Jussara Elisa

Na sessão de 27 de fevereiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o ministro e conselheiro Rider Nogueira de Brito foi homenageado pelos demais conselheiros por sua atuação ao longo de 40 anos de magistratura e de 50 anos ligados às atividades da Justiça do Trabalho. O encontro foi o último do magistrado no CSJT.

A partir de 2 de março, o ministro

também deixará a presidência do TST, alcançando, em breve, aposentadoria compulsória. Em nome dos ministros conselheiros, manifestou-se o conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula. Pela Anamatra, falou o juiz Cláudio Montesso, presidente da entidade. Representando os conselheiros presidentes de Regionais, pronunciou-se a desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista (presidente do TRT da 9ª Região). ■



Presidente do TST e do CSJT, ministro Rider de Brito

# Instalada a 3ª VT de São José dos Pinhais

Jussara Elisa

Foi instalada, em 18 de fevereiro, a 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais - 21ª unidade judiciária das 25 autorizadas pela Lei 10.770/2003 para o Paraná, que passa a contar com 82 VTs.

Na oportunidade também foi inaugurada a obra de ampliação do Fórum do Trabalho de São José dos Pinhais. A área da 3ª VT - de 760m<sup>2</sup> - integra o prédio que já abriga o Fórum da Justiça do Trabalho de São José dos Pinhais, com cerca de 2,3 mil m<sup>2</sup>.

## ■ SOLENIIDADE

Participaram da solenidade, autoridades do Judiciário, Ministério Público, Executivo e Legislativo, além de servidores da Justiça do Trabalho e convidados. Dentre as autoridades, os desembargadores Rosalie Michaele Bacila Batista e Ney José de Freitas, presidente do TRT do Paraná e corregedor da Justiça do Trabalho da 9ª Região, respectivamente; o prefeito de São José dos Pinhais, Ivan Rodrigues; o procurador Gláucio Araújo de Oliveira, da Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná; a diretora do Fórum da Justiça do Trabalho de São José dos Pinhais e titular da 2ª Vara, juíza Ana Glédis Tissot Benatti do Valle; o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão; os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná



Autoridades e outros convidados presentes à cerimônia de instalação da 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, em 18 de fevereiro. Na oportunidade foi inaugurada, ainda, a obra de ampliação do Fórum

e da Subseção de São José dos Pinhais, Alberto de Paula Machado e Gilvan Antônio da Pont. Também estiveram presentes os desembargadores Ubirajara Carlos Mendes, Márcio Dionísio Gaspki e Edmilson Antônio de Lima; o juízes titulares Mauro Soares Pacheco e Marieta Jesusa da Silva Arretche, da 3ª VT de São José dos Pinhais e da 2ª VT de Guarapuava, respectivamente; e juízes substitutos da 9ª Região da Justiça do Trabalho.

A cerimônia teve início com a audição do Hino Nacional, seguida de manifestação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, Alberto de Paula Machado. O advogado parabenizou o TRT pela instalação da unidade e destacou que o contato entre a OAB e o TRT-PR sempre tem sido dos melhores possíveis. "Todas as reivindicações formuladas pela Ordem são analisadas pelo Tribunal e posteriormente efetivadas visando à melhoria da qualidade no atendimento ao público e à efetividade na prestação jurisdicional".

Após, o representante da Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná, procurador Gláucio Araújo de Oliveira, elogiou as instalações das Varas do Trabalho e do TRT-PR, dizendo serem impecáveis. Finalizou parabenizando

a atual administração e as anteriores. "É um TRT exemplar no âmbito da Administração Pública".

O presidente da Amatra-IX e titular da 1ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, falou pela Associação e também em nome da Direção do Fórum da Justiça do Trabalho daquele município, fazendo um breve retrospecto das mudanças pelas quais aquele Fórum Trabalhista passou. Considerou encerrado um ciclo iniciado em 2002, quando a Justiça do Trabalho de São José dos Pinhais, então com uma única Vara, funcionava em outro local. "A instalação da 3ª VT e a nova sede marcam um momento importante para este Fórum. Mostram que o TRT da 9ª Região reconhece a importância deste município no Paraná."

Em seguida, o prefeito Ivan Rodrigues pronunciou-se. "É uma satisfação muito grande ter no início do meu mandato como prefeito a instalação desta 3ª Vara do Trabalho. Parabéns à Justiça do Trabalho".

O último discurso da tarde foi da presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista. "A instalação da 3ª Vara do Trabalho que hoje procedemos, corresponde à efetiva importância desta cidade no concerto dos municípios paranaenses, em particular da região. A partir de hoje, apenas a capital, Londrina e Maringá superam São José dos



O Corregedor Ney José de Freitas e a diretora Ana do Valle no momento em que a placa é descerrada

Pinhais em unidades de primeiro grau. Tal estrutura, cujos primeiros pilares foram erguidos em dezembro de 1993 com a instalação da 1ª Vara, cresceu exponencialmente desde então. A transformação econômica não tardaria. A industrialização, que inseriu o Paraná no mapa do setor automotivo brasileiro no final do século passado, ensejou notável incremento da movimentação processual trabalhista, o qual justificou, em outubro de 2006, a instalação da 2ª Vara. Em novembro de 2007, por sugestão do juiz Bráulio Gabriel Gusmão, quatro dos oito municípios da jurisdição passaram a receber atendimento descentralizado, com a instalação do Posto de Rio Negro. A medida teve o objetivo de aproximar, ainda mais, nossa Justiça do cidadão, com economia de tempo para a população e aos advogados da região agregada pelo Posto". Finalizou, dizendo que "a instalação coroa o esforço de personalidades que, de há muito, nos

cativam e inspiram".

A seguir, o corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas, e a diretora do Fórum da Justiça do Trabalho de São José dos Pinhais e titular da 2ª Vara do Trabalho, juíza Ana Glédís Tissot Benatti do Valle, descerraram a placa alusiva à instalação da 3ª VT.

Ao final, a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, e o prefeito de São José dos Pinhais, Ivan Rodrigues, procederam ao desenlace da fita inaugural daquela unidade judiciária.

■ **PORTARIA**

A Portaria Presidência/Corregedoria 3/2009, de 18 de fevereiro, dentre outras questões, determina que, desde 19 de fevereiro de 2009, a distribuição das ações novas que ingressarem no Serviço de Distribuição dos Feitos de 1º Grau de São José dos Pinhais deve ser feita para a 3ª VT, com



A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista

exceção das cartas precatórias, até o total de 2.400 ações (fase de conhecimento) e 1.800 (fase de liquidação e execução). ■



Juiz Bráulio Gusmão: a instalação encerra um ciclo iniciado em 2002



Presidente da OAB-PR: melhoria no atendimento à população



Procurador Gláucio: parabéns à Justiça do Trabalho



Prefeito de São José dos Pinhais: satisfação

# TRT-PR conclui segunda autoavaliação do Gespública e traça novas metas

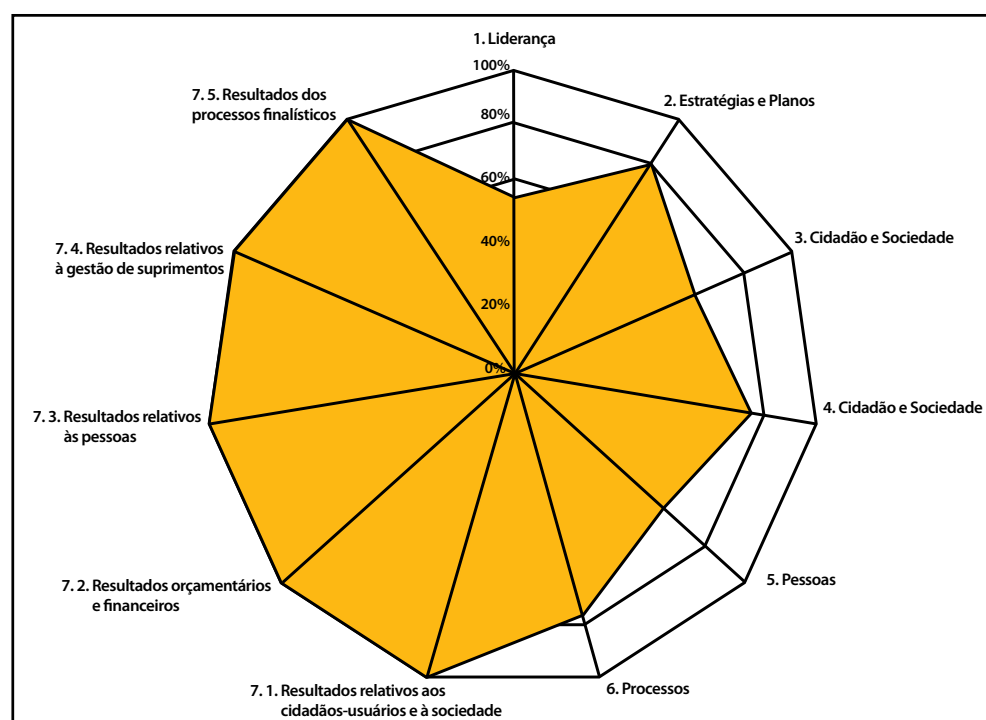
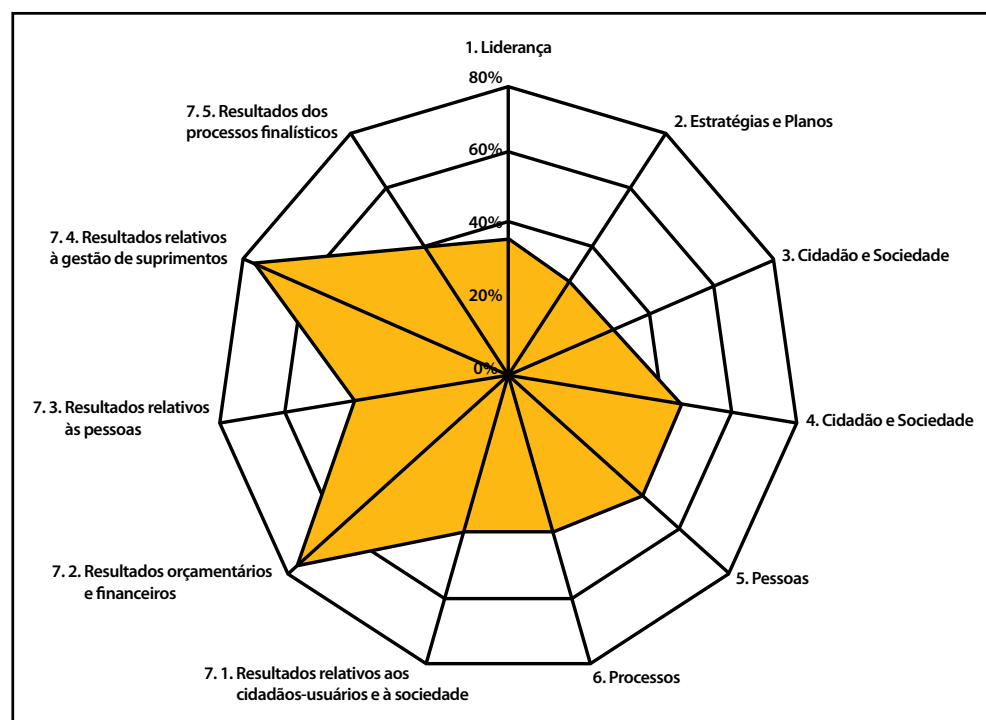
## Alcança 200 pontos na avaliação do instrumento de 250 pontos

Flaviane Galafassi

O TRT-PR alcançou 200 pontos na avaliação do instrumento, dentre 250 possíveis do Gespública - Programa Nacional de

Gestão Pública e Desburocratização. A ferramenta avalia como está a administração da instituição pública e possibilita a formulação de projetos para oportunizar melhorias.

O Gespública foi criado com a finalidade de contribuir para a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País, por meio de aplicação de instrumentos e abordagens gerenciais. O Programa disponibiliza diversas ferramentas de desenvolvimento gerencial, consistindo a autoavaliação num conjunto de orientações e parâmetros para avaliação da gestão. A ferramenta conta com três níveis de pontuação (250, 500 e 1000 pontos), sendo que o modelo ora utilizado consiste na introdução ao programa, permitindo o conhecimento, incorporação e internalização de seus conceitos e metodologias de trabalho. A utilização do instrumento de 500 pontos pressupõe maior amadurecimento gerencial e o estágio de 1000 pontos é direcionado à obtenção do Prêmio Nacional da Gestão Pública.



O TRT-PR já tinha passado por uma primeira autoavaliação, em 2007, quando obteve 105 de pontuação, e voltou a aplicar o instrumento de 250 pontos no final de 2008 como forma de amadurecimento do processo gerencial. No início deste ano, o grupo do Gespública no TRT-PR, formado por servidores representantes das diversas áreas administrativas e judiciárias do Tribunal, voltou a se reunir com a direção do Gespública para realizar a validação do programa.

Além de avaliar o sistema de gestão do TRT quanto aos sete critérios do programa - Liderança, Estratégias e Planos, Cidadão e Sociedade, Informação e Co-

nhcimento, Pessoas, Processos e Resultados - também foram diagnosticadas, durante os encontros, as Oportunidades de Melhorias (OMs), as quais reverterão em ações que propiciarão ao Tribunal oferecer um serviço mais rápido e eficiente ao cidadão.

De acordo com o diretor-geral do TRT-PR, Vanderlei Crepaldi Peres, a realização de uma segunda autoavaliação trouxe amadurecimento, resultando em melhor entendimento sobre o programa e desta forma possibilitando projeção no trabalho. "Observou-se, durante a realização dos trabalhos relativos à segunda autoavaliação, que a equipe desenvolveu uma visão gerencial mais apurada em relação à primeira. A própria metodologia de trabalho definida no Planejamento Estratégico tem propiciado esse amadurecimento, uma vez que sua aplicação implica

constante verificação, com os ajustes necessários, do alcance dos objetivos e metas institucionais", informou.

#### ■ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O estabelecimento do planejamento estratégico do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná foi apontado pela autoavaliação como um dos grandes responsáveis pela melhoria no procedimento gerencial da instituição. O planejamento estratégico instituiu, por exemplo, a ferramenta "projetos", facilitando procedimentos que visam à melhoria da prestação dos serviços.

Além do reconhecimento pelos pontos positivos da administração, também foram detectadas necessidades de melhoria em vários setores, como na Gestão do Conhecimento, aperfeiçoamento gerencial e gestão de processos. Muitas dessas lacunas, inclusive, já estão com projetos em andamento.

Entre as ações apontadas no Plano de Melhoria de Gestão 2009, construído após a autoavaliação, estão medidas visando ao aprimoramento da comunicação interativa entre as unidades do Tribunal, aprimoramento da disseminação do conhecimento, formulação de política de pesquisa de satisfação, gerenciamento de dados estatísticos e indicadores, monitoramento do desempenho global da instituição frente às diretrizes do planejamento estratégico, automatização dos dados estatísticos da 2ª instância, implantação da inteligência de negócios, ampliação do acesso ao Programa de rádio "Justiça do Trabalho Responde", ampliação do acesso virtual (disponibilizar mais serviços) para redução do número de usuários no balcão e o tempo de espera/atendimento, implantação da intimação eletrônica (advogados) e carga programada. ■

## Planejamento Estratégico em discussão no 2º Encontro Nacional do Judiciário

*Flaviane Galafassi*

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou no dia 16 de fevereiro, em Belo Horizonte, o 2º Encontro Nacional do Judiciário, que teve como objetivo apresentar, discutir e aprovar as diretrizes estratégicas do Poder Judiciário para os próximos cinco anos e consolidá-las no documento Planejamento Estratégico

do Poder Judiciário. Para compor o planejamento, o CNJ realizou no ano passado encontros regionais com objetivo de conhecer as boas práticas que vêm sendo realizadas por vários tribunais do país. Das reuniões, resultaram aproximadamente mil exemplos de boas práticas observadas nos tribunais brasileiros. Entre as experiências bem-

sucedidas do TRT-PR, apresentadas durante encontro regional em Santa Catarina, estão a elaboração do planejamento estratégico, ferramentas eletrônicas de estatística, projetos de incentivo à conciliação, informatização processual, programas nas áreas de recursos humanos, comunicação, atendimento ao público e responsabilidade social. ■

## Encontro das Amstras do Sul

*Jussara Elisa*

Será realizado, de 26 a 29 de março, o "Encontro das Amstras do Sul", em Florianópolis, Santa Catarina. Participarão do evento os associados das Amstras da 4ª, 9ª e 12ª Regiões. A programação científica está sendo organizada pela Escola Judicial (TRT-SC) e terá como tema "O Processo Eletrônico e as Novas Tecnologias". O encontro contará com palestras, conferência,

painéis e confraternização. Dentre os expositores estarão o presidente da Comissão de Tecnologia do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Alexandre Atheniense, que falará sobre a regulamentação do processo eletrônico na Justiça Trabalhista; o juiz do TRT da 10ª Região Rubens Curado Silveira, abordando o processo eletrônico na visão do Conselho Nacional de Justiça; e o juiz aposen-

tado do TRT da 12ª Região Sebastião Tavares Pereira, que abordará o processo eletrônico, extraoperabilidade e máxima automação: da imagem para o dado e a inteligência no processo.

Do painel sobre processo eletrônico e as novas tecnologias, participarão os magistrados Braúlio Gabriel Gusmão (9ª Região), Milton Carlos Dutra (4ª Região) e Cláudio Mascarenhas Brandão (5ª Região). ■

# Plano de Comunicação da JT

## Membros das Assessorias de Comunicação Social discutem o Plano

Luiz Munhoz

Com o objetivo de elaborar um Plano de Comunicação para a Justiça do Trabalho estão sendo realizadas videoconferências regionais que subsidiarão estudo em nível nacional. Em 12 de fevereiro, com a participação de representantes das unidades de Comunicação Social dos três TRTs da região Sul, foi realizada a primeira videoconferência. Pelo Regional paranaense, participaram Irene Pioker (assessora de Comunicação Social substituta), Flaviane

Galafassi (assessora de Imprensa) e Luiz Munhoz (membro do GTCO/SIGI).

A importância da gestão do conhecimento como ferramenta de disponibilização de informação, a interatividade dos sites e veículos de mídia da Justiça Trabalhista, a estrutura funcional que as assessorias devem possuir para o desempenho das funções mínimas de comunicação dentro de um Tribunal e as perspectivas que devem nortear a formulação de um plano de comunicação, foram os temas debatidos neste primeiro encontro.

O objetivo desse Plano de Comunicação é trabalhar a imagem do Poder Judiciário Trabalhista com foco na perspectiva institucional, nos veículos de mídia e trabalhando a comunicação com o seu público interno (magistrados e servidores) e externo (procuradores do Trabalho advogados, trabalhadores e empresários). Esse plano deverá ainda buscar a articulação de ações para transferir conhecimento e fortalecer a cultura e a inteligência organizacionais dentro da Justiça do Trabalho. ■

## Curso básico de formação de calculistas



O vice-presidente do TRT-PR Luiz Gunther na abertura da segunda turma do curso de calculista

Luiz Munhoz

Correção monetária e juros, deduções para a Previdência Social e o Imposto de Renda, são alguns dos temas estudados durante o Curso Básico de Formação de Calculistas no TRT-PR. O treinamento da primeira turma, que aconteceu em 12 e 13 de fevereiro, ocorreu nas dependências do novo

prédio do Tribunal. A segunda turma teve o seu curso nos dias 19 e 20 na sala de treinamento da Procuradoria Regional do Trabalho, onde também participaram três servidores daquele órgão. Os treinamentos foram abertos pelo vice-presidente e ouvidor-geral do TRT da 9ª Região, desembargador Luiz Eduardo Gunther. As aulas esti-

veram a cargo do economista Juarez Varallo Pont, da Assessoria de Economia e Estatística do TRT-PR.

O objetivo do curso é dar início à capacitação para os servidores atuantes na fase de execução no Regional, perspectiva que também constitui recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

O treinamento, que funciona sob uma ótica de formação continuada e de longo prazo, busca o nivelamento de conhecimento em relação a elementos matemáticos e ao fluxo processual trabalhista. Foram abordadas questões sobre execução, montagem de planilhas, análise comentada de modelos práticos de interpretação de sentenças e, por último, houve a produção de cálculos de liquidação de sentenças utilizando processos reais.

As próximas turmas estão previstas para os dias 2 e 3 de março e posteriormente para 5 e 6 de março, existindo ainda, lista de espera de servidores para novas turmas. ■

## Parceria em Cascavel mostra responsabilidade social

A Direção do Fórum de Cascavel está implantando parceria com o Hemocentro para doação de sangue e de medula óssea na região. Cerca de 30 servidores e magistrados estão interessados em participar da parceria, que já está em fase de estudo para implantação.

■ Jussara Elisa



# Mais acordos na Justiça do Trabalho

Flaviane Galafassi

**A** Justiça do Trabalho do Paraná atingiu, no ano passado, índice de conciliação de 47% em relação ao número de processos recebidos. No total, entraram no Estado 104.846 processos trabalhistas, com acordo em 48.849. Em 2007, o índice foi de 44%, o que significa 2.926 mais acordos em 2008 que no ano anterior.

O número de novos processos em

2008 representa redução de 0,6% em relação a 2007. Embora a diminuição corresponda a apenas 637 processos, o número é considerado excelente pela presidente do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Rosalie Batista. Neste ano, o cenário não deve se repetir devido à crise econômica mundial, que igualmente atinge as relações de trabalho, alerta a presidente.

Atualmente, estão em trâmite na

Justiça do Trabalho do Paraná cerca de 183 mil processos. O prazo médio para a primeira sentença é de 9 meses e o arquivamento se dá, em média, em 4 anos e 10 meses. "O objetivo é reduzir cada vez mais esse tempo. Para isso, estamos concentrados nas conciliações. É intensa a atuação dos Juízos Auxiliares de Conciliação, criados para trabalhar especificamente com tentativas de acordos, inclusive durante a execução trabalhista", informa. ■

## Processos julgados e solucionados no Paraná

Jussara Elisa

Em 2008, as 81 Varas do Trabalho do Paraná solucionaram 108.029 ações na fase de conhecimento. No período, as unidades receberam 104.846 novas ações, representando redução de 0,6% em comparação a 2007.

### ■ SEGUNDO GRAU

O TRT paranaense recebeu 43.955 processos em 2008, com a distribuição de 35.793. Ao longo do ano, foram julgados 33.666 processos dependentes

de inclusão em pauta, além de outros 10.978 cuja solução independe de agendamento. No exercício, foram julgados monocraticamente 711 processos e houve a lavratura de 44.731 acórdãos.

O ano de 2008 também foi profícuo na solução de precatórios. Foram pagos 856 precatórios (entre municipais, estaduais e federais), que somaram R\$ 82,5 milhões aproximadamente. Outros R\$ 4,38 milhões restaram pagos em

requisições de pequeno valor federal. Englobando-se as duas modalidades de requisição (precatórios e RPV's), tem-se que 1.467 execuções foram solucionadas, com o pagamento de R\$ 86,88 milhões, aproximadamente.

Ao longo do ano, a Vice-Presidência recebeu 13.821 recursos de revista interpostos ao Tribunal Superior do Trabalho, registrando 13.940 despachos de avaliação de admissibilidade. Desse total, 4.971 foram admitidos. ■

## Eleitos os novos dirigentes do TST

Jussara Elisa

No dia 2 de fevereiro, o Tribunal Superior do Trabalho elegeu a sua nova direção para a gestão 2009/2011. O próximo presidente será o ministro Mil-

ton de Moura França, eleito por votação unânime pelos 27 ministros que compõem o Tribunal. Para a vice-presidência foi eleito o ministro João Oreste Dalazen,

e, para a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o ministro Carlos Alberto Reis de Paula. A posse da nova direção está agendada para 2 de março. ■



Ministro Milton França, novo presidente do TST



Ministro João Oreste Dalazen, futuro vice-presidente



Ministro Carlos Reis, eleito corregedor-geral

# Correições da Justiça do Trabalho

Flaviane Galafassi

**A**s Varas do Trabalho de União da Vitória, Colombo, Telêmaco Borba, Wenceslau Braz, Jaguariáiva, Castro, 18ª de Curitiba e os Postos de Atendimento de São Mateus do Sul, Rio Negro e Ibaiti passarão por correição neste mês de março. Em São Ma-

teus do Sul, a audiência pública ocorre no dia 4 de março, das 17 às 17h30. No dia 5, será em União da Vitória, das 16h30 às 17h30. Em Rio Negro, o corregedor, desembargador Ney José de Freitas, estará à disposição de advogados e da comunidade, das 16h30 às 17h30 do dia 6 e, em Colombo, no dia

12, no mesmo horário. Em Telêmaco Borba, Wenceslau Braz, Ibaiti, Jaguariáiva e Castro, o corregedor atenderá a comunidade nos dias 16, 17, 18, 19 e 20, respectivamente, das 16h30 às 17h30. Em Campo Largo, a audiência pública será no dia 25 e, na 18ª de Curitiba, no dia 31, no mesmo horário. ■

## TRT do Paraná pagou em 2008 mais de R\$ 2 milhões em honorários periciais

Flaviane Galafassi

O número de requisições de perícias para pagamento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, em caso de processos envolvendo trabalhadores de baixa renda, beneficiários da assistência judiciária gratuita, está aumentando consideravelmente desde 2006, quando houve regulamentação do pagamento de honorários periciais, vinculando-os à ação orçamentária "Assistência Jurídica a Pessoas Carentes".

No ano da implantação, 2006, foram realizadas 156 perícias, totalizando R\$ 36 mil. Em 2007, o número aumentou para 1.724 requisições, com pagamento de R\$ 428 mil. Em 2008, o total foi de 4.127 perícias, totalizando R\$ 1,95 milhão. Para este ano, o orçamento prevê R\$ 1,5 milhão, porém mais de 1.200 requisições estão em fase de pagamento, pendentes do ano anterior e as registradas nos meses de janeiro e fevereiro de 2009.

A concessão de antecipação de honorários periciais sem observância ao § 1º do art. 4º do Provimento SGP/Corregedoria 001/2007, que prevê a antecipação apenas quando comprovada essa necessidade, é uma das principais razões do aumento dos pagamentos. Cerca de 70% das requisições

*Em 2008, o total de perícias foi 4.127, totalizando R\$ 1,95 milhão. Para este ano, o orçamento prevê R\$ 1,5 milhão, porém mais de 1.200 requisições estão em fase de pagamento*

referem-se a antecipações. Apesar de estar prevista a obrigatoriedade de reembolso dos valores antecipados, no caso da parte beneficiária ser vencedora na pretensão objeto da perícia, quando isto ocorre os recursos não retornam ao orçamento do Tribunal mas acabam sendo recolhidos diretamente aos cofres da União.

De acordo com o Provimento, que dispõe sobre o pagamento e antecipação de honorários periciais nos casos de concessão de benefício de assistência judiciária gratuita, nas ações contendo pedido de adicional de insalubridade, de periculosidade, de indenização por acidente do trabalho ou qualquer outro pedido relativo à segurança e saúde do trabalhador, o juiz poderá determinar a notificação da empresa reclamada para trazer aos autos cópias do LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) passíveis de utilização como prova emprestada, nos termos do art. 11 do Provimento. A possibilidade de repassar às empresas a necessidade de apresentação dos laudos em detrimento à realização de laudos periciais, permitiria melhor administração dos recursos. ■

### Justiça do Trabalho realiza leilão eletrônico

A Justiça do Trabalho do Paraná promoveu, em 13 de fevereiro, o primeiro leilão eletrônico da área judiciária trabalhista no Estado. O leilão que, além de on-line aceita lances presenciais, foi realizado pela 1ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu. O edital, contrato de adesão, catálogo de bens leiloados, além de outras informações, foram disponibilizados no site [www.vmlleiloes.com.br](http://www.vmlleiloes.com.br). O recurso do leilão eletrônico é mais uma forma encontrada pela Justiça do Trabalho para acelerar a fase da execução nos processos trabalhistas.

■ Flaviane Galafassi

# Entregue módulo do SUAP e assinado convênio para o sistema Hermes

Luiz Munhoz

Os presidentes do TST e do STF, ministros Rider Nogueira de Brito e Gilmar Mendes, respectivamente, participaram em 10 de fevereiro, no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), da entrega do primeiro módulo do SUAP - Sistema Unificado de Administração Processual, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados.

O SUAP é um sistema desenvolvido com vistas a unificar o modo de gerenciamento do processo trabalhista em todo o país. Teve início em 2004 com o surgimento do Sistema Integrado de Gestão da Informação, que viabilizou a colaboração em termos de sistemas informatizados entre os diversos Regionais Trabalhistas e o TST. Para o representante do Paraná na Comissão de Avaliação de Projetos de Informática CAPI/CSJT, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, também titular da 1ª VT de São José dos Pinhais e presidente da Amatra-IX, "é fato que o uso da tecnologia pelo Judiciário tem contribuído

para tornar mais ágil a atividade judicial. Na Justiça do Trabalho, o SUAP marca o início de uma era de modernização sem precedentes, que possibilitará o acesso à informação de modo imediato e transparente, tornando a tramitação processual mais célere e eficiente".

O sistema possibilitará o controle, padronização e integração do andamento das ações trabalhistas em todo o País, desde o início do processo na Vara do Trabalho até o TST. Esse programa foi desenvolvido para atender à Lei do Processo Eletrônico (Lei 11.419/06) e sua implantação visa também a eliminar a documentação em papel.

No dia 1º de maio, haverá a implantação do primeiro módulo do SUAP nas Varas do Trabalho de Paulínia, no TRT da 15ª Região (Campinas-SP). A previsão inicial é de que o SUAP esteja implantado em todo o primeiro grau de jurisdição da Justiça Trabalhista até novembro de 2009. No início de 2011, o sistema deve estar disponível para servidores e magistrados, além do público externo (partes,

advogados e procuradores) nos três graus de jurisdição.

## ■ SISTEMA HERMES

Após o lançamento do SUAP, os ministros Gilmar Mendes e Rider de Brito assinaram convênio entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o CSJT para a utilização do Sistema Hermes - programa de malote eletrônico de correspondência digital que agiliza a comunicação de informações e elimina o trânsito de papel, proporcionando, assim, economia de tempo, trabalho e dinheiro. Desenvolvido e cedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e oferecido ao CNJ, o sistema permite redução significativa dos serviços de postagem (selos, impressão, envelopes e ARs), reduzindo o tempo gasto com tais atividades. No TJ potiguar, o sistema possibilitou uma economia de R\$ 2 milhões, em 2008. O Hermes estará sendo testado no TST, CSJT e administrações dos TRTs, até 30 de abril. Após esta data, irá tornar-se o malote eletrônico oficial de comunicação da Justiça do Trabalho. ■

## Nova sede do TRT do Paraná

Flaviane Galafassi

O Tribunal do Trabalho do Paraná terá nova sede a partir de 13 março. O edifício, que fica na Rua Carlos de Carvalho, esquina com Visconde do Rio Branco, vai abrigar os gabinetes dos desembargadores, além de parte dos

setores judiciários do TRT-PR. A mudança permitirá o remanejamento das secretarias do Tribunal, liberando espaço para a instalação de outras três Varas do Trabalho na capital, no atual anexo administrativo, situado na Rua Vicente Machado, 400, ao lado do Fórum Tra-

balhista. As três Varas do Trabalho foram criadas pela Lei 10.770/2003 e as instalações dependiam da liberação desses espaços. Somente em 2008, as atuais 20 Varas do Trabalho de Curitiba receberam 28.293 novos processos, o que justifica a instalação de novas unidades. ■

### Encontro de Tribunais do Trabalho da Região Sul

Estão agendados os dois próximos eventos dos Tribunais do Trabalho da Região Sul em 2009. Nos dias 16 e 17 de abril, o encontro será em Curitiba (TRT do Paraná). O seguinte será em Porto Alegre (TRT do Rio Grande do Sul), em 22 e 23 de outubro.

■ Jussara Elisa



# Atividades da CRS do Tribunal do Trabalho preservam o meio ambiente

Rossana Tuoto

**D**entre as várias práticas coordenadas pela Comissão de Responsabilidade Social, destaca-se, em especial, o projeto de “Coleta Seletiva Solidária”. Implantado em 2007, está em consonância com o Decreto 5.940/06, que, entre outras providências, instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Várias associações de catadores têm sido beneficiadas com a coleta seletiva implantada em Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária, Colombo, Pinhais, Paranaguá, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Guaruapuava, Campo Mourão, Umuarama, Telêmaco Borba e Marechal Cândido Rondon. Somente na capital e região metropolitana, em 2008, foram favorecidas 28 famílias de catadores, atingindo, em média, 98 pessoas. Confira o resultado no ano: Plástico - 3.237,8 Kg - R\$ 2.314,57; Papel - 20.365,3 Kg equivalente aproximadamente a 340 árvores - R\$ 5.851,00. Ainda foram coletados metais, mas em pequena quantidade.

A preservação do meio ambiente é pauta constante da Comissão de

Responsabilidade Social do TRT paranaense, uma vez que os danos podem ser irreversíveis e atingem a todos. Essa consciência do bem coletivo tem sido praticada na “Coleta Seletiva Solidária” com o apoio de “multiplicadores” em cada setor de trabalho.

A informação sobre o tempo médio de decomposição pelo meio ambiente dos diferentes resíduos é argumento sólido a favor da reciclagem, a exemplo dos sacos e sacolas plásticas (mais de 100 anos). E a correta separação dos resíduos é o primeiro passo na cadeia de reciclagem, que se inicia no momento do descarte: “diferentes cores, diferentes resíduos”, conforme as cores internacionais de coleta seletiva, adotadas no TRT para a separação dos resíduos.

## A natureza e o ser humano agradecem

O óleo de cozinha usado também teve destino certo: a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Na garagem do Fórum Trabalhista de Primeiro Grau/Anexo Administrativo - térreo, o Tribunal disponibilizou um coletor de óleo de cozinha pós-uso. Foram arrecadados, em 2008, 45 litros de óleo usado, que foram entregues à SEMA para serem reutilizados, sendo 10% na indústria de sabão e o restante na fabricação de biodiesel.

Para o lixo tóxico (materiais que contêm ácidos e metais pesados em

sua composição, além de certos tipos de tinta, cartuchos, medicamentos vencidos, tonner, baterias de celular, lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias), o Tribunal dispõe de coletores, na cor laranja, localizados nos prédios da capital, disponíveis para o público interno e externo. O material coletado é entregue regularmente aos caminhões de coleta de material tóxico da Prefeitura, para o devido descarte. Mais informações podem ser acessadas na página do Tribunal ([www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)) clicando em Informativos - Responsabilidade Social.

## Responsabilidade Social - “Multiplicadores” em Ação - unidades do interior

O servidor/multiplicador Antonio Carlos de Freitas Garcia, da Vara do Trabalho de Jacarezinho, informou sobre a “Campanha do Medicamento” (novo ou semi-usado), realizada neste mês de fevereiro: “a ideia teve adesão total de todos desta unidade judiciária: desde a juíza titular, Ana Paula Seffrin Saladini, até advogados e partes”. Informou, ainda, que os medicamentos foram depositados numa caixa instalada no saguão da Vara do Trabalho, sinalizada com um cartaz explicativo sobre a campanha. Os medicamentos arrecadados (novos ou parcialmente usados, mas dentro da validade) foram doados ao Asilo São Vicente de Paula, que cuida de idosos no município. ■

## Projeto de “Inclusão Digital Roberto Dala Barba” - Voluntariado

Sob a coordenação da Comissão de Responsabilidade Social, está aberta aos servidores lotados na capital, a inscrição para participação como voluntários em curso de capacitação básica em informática, direcionado aos alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em Almirante Tamandaré. O curso será realizado com base em material didático especialmente elaborado para este fim, sendo necessário razoável conhecimento do uso do computador e de pelo menos um dos softwares: windows, internet, excel ou word para atuar como monitor voluntário. Os trabalhos terão início em 17 de março e deverão acontecer na sala de treinamento de Informática (11º andar - Anexo Administrativo do Fórum Trabalhista da capital), com previsão de encerramento em 30 de junho, às terças e quintas-feiras, das 9h às 11h.

■ Rossana Tuoto